

ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE

ATA DA DÉCIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE
VEREADORES DE ITAPUÃ DO OESTE/RO. REALIZADA NO DIA CINCO DE JUNHO DE
2025.

Aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, às dezenove horas, no Plenário da Câmara Municipal de Itapuã do Oeste, Estado de Rondônia, sob a presidência da Vereadora Vânia Alves Santos, e com a presença dos demais vereadores, foi declarada aberta a Décima Quarta Sessão Ordinária, após a verificação do quórum regimental e a invocação da proteção divina e em nome do povo itapuense. O primeiro item da pauta foi a discussão e votação da ata da sessão anterior, que foi aprovada sem ressalvas pelos vereadores presentes. Na sequência, a Senhora Secretária procedeu à leitura do expediente do dia. Primeiramente, foi lido o Memorando Nº 012/2025, enviado pelo gabinete da vereadora Kenia Silva, justificando sua ausência na sessão ordinária de 5 de junho de 2025. A justificativa se deu em razão da participação da vereadora, Luciene Silva Carvalho, no Encontro Nacional de Mandatárias e Líderes do Partido Liberal, um evento considerado de grande relevância para o aprimoramento de suas atividades parlamentares e partidárias, que ocorreria nos dias 6 e 7 de junho de 2025 em Brasília. O deslocamento para a capital federal, iniciado no dia anterior ao evento, conforme termo de compromisso e cartão de embarque anexos, inviabilizava sua presença na sessão. Em seguida, foi lida uma Indicação Conjunta, de autoria da vereadora Minéia Vila e dos vereadores Jairo Gomes, Vânia Alves, Ângela Maria, Kenia Silva, Ailton José, Fábio Júnior, Serginho Filho e Robson de Oliveira. Esta indicação solicitava a autorização para que o Poder Executivo concedesse o pagamento do décimo quarto salário anual aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate a Endemias (ACE) no município. O texto detalhava que o pagamento seria instituído por ato próprio, condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira, podendo ser realizado com recursos próprios ou suplementares, e corresponderia ao vencimento base mensal do servidor, integral ou proporcionalmente, a critério do executivo. A justificativa sublinhava a essencialidade da atuação desses profissionais na prevenção, vigilância e promoção da saúde, especialmente em áreas de difícil acesso, considerando o décimo quarto salário como um reconhecimento financeiro e institucional à sua dedicação, já adotado em outros municípios e que não feriria a separação dos poderes, sendo uma autorização legislativa condicionada à conveniência administrativa e disponibilidade orçamentária. Outra indicação conjunta, também encabeçada pela vereadora Professora Minéia Vila e os mesmos vereadores, foi lida. Esta dispunha sobre o reenquadramento de servidores efetivos, que ocupavam o cargo extinto de auxiliar de enfermagem, para o cargo de técnico de enfermagem no âmbito da administração pública municipal. Para tal reenquadramento, seriam exigidos requisitos cumulativos: possuir certificado de conclusão do curso técnico em enfermagem com habilitação legal, estar regularmente inscrito e ativo no Conselho Regional de Enfermagem, e ter exercido no mínimo cinco anos de atividade compatível com a atribuição de técnico de enfermagem no serviço público municipal. A indicação visava garantir o posicionamento dos servidores na tabela de vencimentos do plano de cargos, carreiras e salários vigente para técnico de enfermagem, conforme sua formação e tempo de serviço, não caracterizando provimento derivado vertical ou extensão funcional, mas sim uma adequação funcional diante da extinção do cargo de origem. O reenquadramento seria efetivado mediante requerimento do servidor, com documentação comprobatória e parecer favorável da procuradoria jurídica e do setor de recursos humanos do município, com efeitos financeiros a partir da publicação do ato administrativo, vedado o pagamento de retroativos. Por fim, no expediente, foi apresentada uma terceira indicação conjunta, novamente da vereadora Minéia Vila e dos demais

Santos



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE

vereadores, sugerindo a criação de um parque sensorial inclusivo no município. A proposta visava um parque acessível e adaptado, com brinquedos inclusivos, piso tátil e área verde, destinado a crianças com deficiências. A justificativa apontava que o município não possuía nenhum parque devidamente adaptado para crianças com limitações físicas, visuais ou sensoriais, e que a criação de tal espaço garantiria o direito ao lazer, convívio social e desenvolvimento cognitivo e motor dessas crianças em um ambiente seguro e acolhedor. A proposta incluía brinquedos adaptados, piso tátil, área verde, sinalização inclusiva, promovendo a equidade e inclusão social desde a infância. Solicitava-se que o prefeito municipal, através das secretarias de Planejamento, Obras e Educação, estudasse a viabilidade técnica e orçamentária para a criação do parque em local público e estratégico. Após a leitura das indicações, os vereadores tiveram a oportunidade de discursar sobre as matérias do expediente. O vereador Robson de Oliveira, em sua fala, abordou a necessidade de democratizar os espaços públicos das escolas para a prática desportiva, lamentando que o esporte no município se resume ao futebol. Ele mencionou ter sido procurado por cidadãos que buscam apoio para modalidades como o vôlei de areia e comprometeu-se a apresentar um projeto de lei para uniformizar a utilização das estruturas desportivas, além de buscar emendas para melhorar a quadra de vôlei de areia na praça municipal. O vereador também levantou preocupações sobre a implementação do ponto eletrônico para servidores públicos, questionando sua aplicabilidade para categorias como motoristas de ambulância, enfermeiros e professores, cujas funções exigem flexibilidade. Ele argumentou que a administração precisa ter sensibilidade para diferenciar as atividades e que a medida pode ser um "tiro no pé". Complementarmente, criticou a falta de adesivagem nos veículos públicos, citando uma resolução do Tribunal de Contas de Rondônia que exige essa padronização, e manifestou não estar recebendo informações da prefeitura, alertando para uma denúncia sobre mofo em salas de trabalho. A vereadora Minéia Vila, por sua vez, expressou grande satisfação com o projeto do décimo quarto salário para ACS e ACE, fruto de uma luta antiga, e enalteceu a união dos vereadores na Câmara, destacando que essa harmonia beneficia diretamente o povo. Ela também manifestou sua felicidade com a votação do projeto "Professor Nota Dez", que visa reconhecer e valorizar os educadores da rede municipal que se destacam no desempenho e na melhoria dos indicadores educacionais, salientando que a proposta busca promover um gesto de respeito e incentivo a esses profissionais que, muitas vezes, tiram do próprio bolso para inovar na educação. Na fase das falas dos líderes de partido, o vereador Ailton José e o vereador Fábio Júnior optaram por dispensar seus discursos. O vereador Robson de Oliveira, como líder do Podemos, reafirmou suas posições sobre a diversificação esportiva, reiterando que o município deve fomentar outras modalidades além do futebol. Insistiu em sua crítica ao ponto eletrônico, reforçando a incompatibilidade para várias categorias de servidores e sublinhando que a política esportiva deve ser incrementada pela Secretaria de Educação. Ele novamente clamou pela adesivagem dos veículos oficiais e pela melhoria na comunicação com a prefeitura, mencionando contatos da procuradoria geral do trabalho sobre problemas de infraestrutura em prédios públicos. Em seguida, a vereadora Minéia Vila, líder de governo, trouxe importantes atualizações. Ela informou sobre uma reunião com o prefeito e o secretário de planejamento, na qual se discutiu a intrajornada dos vigilantes, e que o prefeito se mostrou receptivo a viabilizar esse direito, superando as expectativas. A vereadora também agradeceu a parceria entre as Secretarias de Trabalho e Assistência Social e Saúde, e a NAFI, que resultou em consultas para o diagnóstico de autismo de crianças, um avanço significativo para as mães. Ela dedicou um tempo para parabenizar todos os envolvidos no projeto dos neurodivergentes, que seria votado, destacando o extenso trabalho de estudo, discussão e análise com os jurídicos da prefeitura e da Câmara, enfatizando que o

Avenida Pres. Médici esq. Rua Reginaldo F. Borges, nº 1280 - Centro
Caixa Posta nº. 35 - CEP 76.861-000 - Itapuã do Oeste - (RO)

Fone/Fax; (0XX69) 3231 2283

E-mail: gabpres_camaraitapuadooeste@outlook.com

Site: www.camaradeitapuadooeste.ro.gov.br



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE

projeto terá efeitos a partir de janeiro de 2026, o que a deixava muito feliz como familiar de neurodivergente. Por fim, ela revelou ter recebido inúmeras mensagens sobre o ponto eletrônico e convidou os demais vereadores para uma reunião com o prefeito, visando discutir o assunto com cautela, evitando prejuízos aos servidores na "ponta", sugerindo até mesmo que o prefeito viesse à Câmara para essa discussão. Após as comunicações dos líderes, a Senhora Secretária leu as ementas dos projetos de lei que comporiam a ordem do dia para votação. Dentre eles, destacaram-se propostas sobre a destinação de unidades habitacionais para mulheres em situação de violência, a continuidade do mesmo monitor de educação especial para estudantes com deficiência, a utilização igualitária das estruturas esportivas públicas, a abertura de crédito adicional para a Secretaria de Obras, a instituição do censo de pessoas neurodivergentes, a implantação do estudo da "Constituição em Miúdos", a política de prevenção e enfrentamento ao HIV/AIDS e o "Prêmio Professor Nota Dez". A leitura integral dos projetos foi dispensada a pedido de líderes de partido, dada a ampla discussão prévia nas comissões. A fase de discussão e votação dos projetos teve início com o Projeto de Lei Nº 04/2025, que tratava da implantação do estudo da "Constituição em Miúdos" nas escolas municipais. O vereador Robson de Oliveira, embora cético sobre o respeito à Constituição no atual cenário nacional, declarou seu voto favorável, reconhecendo a importância de educar os jovens sobre seus direitos. A vereadora Minéia Vila reforçou que a iniciativa fomentaria a cidadania e o protagonismo juvenil, ensinando desde cedo a importância das leis. O projeto foi aprovado por 7 votos a favor, sem votos contrários ou abstenções, e com uma ausência. Em seguida, foi discutido o Projeto de Lei Nº 05/2025, que instituía a política municipal de prevenção e enfrentamento ao HIV/AIDS com foco em adolescentes e jovens. A vereadora Minéia Vila defendeu a necessidade urgente da política para conscientizar a juventude, que considera "presas mais fáceis", através de ações educativas e combate ao preconceito. Este projeto também foi aprovado com 7 votos favoráveis, sem oposição ou abstenções, e uma ausência. O terceiro projeto votado foi o Projeto de Lei Nº 06/2025, que instituía o "Prêmio Professor Nota Dez". Apesar de não haver uma discussão específica neste momento, a proposta já havia sido amplamente elogiada pela vereadora Minéia anteriormente. O projeto foi aprovado com o mesmo placar de 7 votos favoráveis, nenhuma oposição, nenhuma abstenção e uma ausência. A sessão culminou na discussão do Projeto Substituto Aglutinativo ao Projeto de Lei Complementar (PL 22), que instituía o censo municipal de pessoas neurodivergentes e criava a carteira municipal para pessoas com transtorno do espectro autista e doenças ocultas. O vereador Robson de Oliveira propôs uma emenda verbal para que a periodicidade do censo fosse a cada dois anos, em vez de quatro, argumentando a dinamicidade dos transtornos e a urgência na atualização dos dados para o atendimento. A vereadora Mineia Vila, por sua vez, se opôs veementemente à emenda, reiterando que a periodicidade de quatro anos foi exaustivamente debatida e acordada em reuniões das quais o vereador Robson não participou. Ela destacou que a saúde das crianças não seria comprometida, pois os atendimentos são contínuos, e que a alteração para dois anos coincidiria com anos eleitorais, o que seria prejudicial devido ao foco político. O vereador Robson rebateu as críticas sobre sua ausência nas reuniões e a formalidade da emenda, afirmando ser o "autor intelectual" do projeto e que sua preocupação era exclusivamente com o bem-estar das crianças. Após o acalorado debate, a Presidente da Câmara rejeitou a emenda verbal do vereador Robson, fundamentando que as emendas devem seguir o rito regimental e ser apresentadas por escrito. O projeto original foi então colocado em votação e aprovado com 7 votos favoráveis, nenhuma oposição ou abstenção, e uma ausência. O vereador Robson de Oliveira, ao votar, justificou seu voto "sem adesão e com a consciência tranquila do que estamos fazendo", mencionando a "incongruência" de preocupações com autistas e a não aprovação de seu

[Assinatura]




ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE

projeto sobre fogos de artifício. Após as votações, a fase de comunicação parlamentar foi iniciada. O vereador Robson de Oliveira expressou que os debates, apesar de intensos, são parte do processo democrático e que ele respeita a vontade da maioria, mas reiterou sua visão sobre a "incongruência" do voto em relação ao projeto de fogos de artifício. Ele também convidou os demais vereadores a apresentarem emendas ao seu projeto sobre a utilização igualitária das quadras públicas para todas as modalidades esportivas, e reafirmou que reapresentará o projeto de lei sobre fogos de artifício. A vereadora Ângela Maria elogiou o empenho do vereador Robson em buscar recursos para o esporte e parabenizou o coordenador de esporte. Ela também agradeceu a deputada Cristiane Lopes pela doação de uma van ao município e manifestou dúvidas sobre a veracidade da implantação do ponto eletrônico aos servidores da prefeitura, se comprometendo a averiguar sua veracidade, e finalizou sua fala reforçando que todos os vereadores são convidados para as reuniões de comissão. O vereador Serginho, por sua vez, destacou a visita da deputada estadual Iêda Chaves, que firmou compromissos e disponibilizou recursos, inclusive uma ambulância CMI e a recomendação para um fonoaudiólogo para crianças atípicas. Ele também parabenizou a aprovação do projeto de prevenção ao HIV/AIDS. A vereadora Minéia Vila, em sua fala, agradeceu a presença de seu esposo e discorreu sobre a importância de projetos que valorizam o esporte, comprometendo-se a apoiar a modalidade de vôlei. Ela detalhou um trabalho conjunto de empresas locais com a APAE, que levou crianças excepcionais para conhecer uma trilha, e agradeceu ao deputado federal Thiago Flores e ao secretário de saúde Rodolfo pela destinação de recursos para a saúde municipal. Finalizou agradecendo as felicitações de aniversário e mencionando que pôde desfrutar da folga concedida por uma lei de sua autoria. O vereador Jairo Gomes expressou sua satisfação com a discussão republicana e parabenizou o jurídico da casa por auxiliar no entendimento do regimento. Ele reforçou a importância de que todos os vereadores participem das reuniões das comissões, pois a união beneficia a população. Reiterou seu apoio a projetos que visam o bem do povo, como a diversificação esportiva, e parabenizou a vereadora Minéia pelo aniversário, bem como o vereador Ailton, que também aniversariaria. Por fim, a vereadora Vânia Alves agradeceu o deputado Rodrigo Camargo pelos recursos e doações para a APAE, incluindo uma sala sensorial e um veículo, e por promessas de mais verbas e um ônibus para o CRAS. Ela também divulgou a realização do Arraial Municipal em julho e a Cavalgada do Marcondes, e reiterou o apelo para que o prefeito compareça à Câmara para discutir o ponto eletrônico, além de anunciar o projeto "Gabinete Aberto" para que os cidadãos apresentem suas demandas. Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e em nome do povo itapuense, a presente sessão foi declarada encerrada.


Vânia Alves Santos

Presidente do Legislativo Municipal
Itapuã do Oeste/RO


Minéia da Silva Pereira Vila
1º Secretária do Legislativo Municipal
Itapuã do Oeste/RO